



**Reunião Ordinária da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
30.03.2012
Ata um/2012**

Ao trigésimo dia do mês de Março de 2012, com início pelas dezoito horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a terceira reunião ordinária de 2012 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIMT;
2. Apreciação e votação da proposta de alterações ao Regulamento de Tabela de Taxas;
3. Apreciação e votação da proposta de Regulamentos do SIADAP: Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da CIMT e Regulamento da Comissão Paritária da CIMT;
4. Alteração do Mapa de Pessoal;
5. Apreciação e votação do Relatório de Gestão 2011;
6. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro

Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----

Estiveram ainda presentes, a Secretária Executiva, Teresa Taborda, Cristina Diogo e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Período antes da ordem do dia.-----

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por referir as renúncias de mandato apresentadas. Deste modo, referiu o deputado Henrique dos Reis Leal que foi substituído por Luís Grácio do BE, já tendo Luís Grácio tomado posse. Foi referido, de igual modo, o deputado Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves que foi substituído pela deputada Maria Arminda Luz Oliveira. Não tendo ainda esta deputada tomado posse, cumpriu o juramento legal, sendo declarada empossada.-----

De seguida, foram referidas as suspensões de mandato. O deputado João Matias Lopes Rito que tinha solicitado suspensão por 90 dias, foi substituído pelo deputado Manuel Marques Dias que fez o juramento legal, sendo declarada empossado.----- O deputado Bruno José Graça Gomes, que tinha solicitado suspensão por 6 meses, foi substituído pelo deputado Fernando António Santos Ideias que já havia tomado posse.-----

A Presidente da Mesa da AI enunciou, de seguida, a falta sem substituição de Deolinda de Jesus Lopes Simões que se encontra ausente do país em serviço, tal como, as faltas e respetivas substituições nomeadamente o deputado Paulo Constantino a ser substituído pelo deputado Ricardo Honório que já tinha tomado posse e o deputado Luís Alberto Trindade da Silva substituído pela deputada Dina Teresa Ferreira Lopes que também já tinha tomado posse.-----

A Presidente da Mesa da AI chamou a atenção para a existência de situações de deputados que, por motivo de faltas não justificadas, se encontram na contingência de perda de mandato. Disse ainda que, não tendo ainda indicação final de como proceder, iria analisar a situação e na próxima reunião daria conta deste assunto.--

Pedi aos deputados para a informarem caso existissem suspensões ou situações de substituições nas Assembleias Municipais de origem dos deputados, alertando que, quando há situações em que o deputado está suspenso na Assembleia de origem, o mesmo não pode estar a exercer funções na assembleia intermunicipal.--

Ainda antes de entrar no período antes da ordem do dia, a Presidente da Mesa da AI referiu um pedido que tinha sido enviado para a CIMT pelo deputado Carlos Alves, respeitante a uma justificação de presenças nas reuniões da Assembleia Intermunicipal, informando que já estava a justificação pronta para lhe ser entregue.-----

Passando às atas que se encontravam para aprovação, foi colocada a votação a ata da reunião da assembleia intermunicipal do dia 29 de Novembro de 2011. A Presidente da Mesa da AI comentou que tinham sido enviadas correções à ata pelo deputado João Simões e que as mesmas já estavam incorporadas. Face ao exposto a ata foi votada, tendo sido aprovada com seis abstenções, de senhores deputados que não estiveram presentes na reunião, e sem votos contra. Na sala estavam presentes 31 deputados.-----

Passou-se à Ata da reunião extraordinária do dia 12 de Março de 2012. O Senhor deputado da CDU, Ramiro Silva, referiu que tinham sido feitas algumas intervenções sobre o valor e o papel dos autarcas e presidentes de junta, referindo de igual modo que nesta ata não era refletida uma linha sobre esta matéria. Face a esta situação deu conta de que a CDU apenas a votaria favoravelmente caso fosse

redigido um parágrafo nesse sentido. -----

A Presidente da Mesa da AI registou o facto e informou que se poderia adicionar o solicitado e que a ata seria assim presente na próxima reunião para aprovação.-----

O deputado José Batista pediu a palavra para comentar que cada vez mais tinha a noção de que as atas eram muito sucintas e que, se os serviços entendiam que era difícil a transcrição das mesmas na íntegra, situação que acontecia nas assembleias municipais, que considerava importante dar conta dos assuntos abordados pelas bancadas com maior precisão.-----

Posto isto, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu que a última ata estava realmente resumida pois não se pretendia que fosse entendido como uma leitura de intervenções, contudo, iria solicitar aos serviços que a reformulassem e seria assim apresentada na próxima reunião para aprovação.-----

Ainda neste período, a Presidente da Mesa da AI referiu que tinha transitado um documento da passada reunião, uma proposta da CDU, que solicitava que fossem apoiadas as conclusões do encontro nacional de freguesias e que apelava a que todos os eleitos autárquicos e população em geral participassem nas iniciativas aprovadas por este encontro nacional.-----

Não se tendo verificado pedidos de intervenção por parte dos deputados, o referido documento foi colocado a votação. Com a presença de 34 deputados na sala o mesmo não foi aprovado, visto se verificarem 21 votos contra, 6 abstenções e apenas 7 votos a favor.-----

O deputado António Mor, apenas pediu a palavra para manifestar em termos de declaração de voto, que tinha votado contra, mas com o espírito da moção, que aliás veio a ser reconhecido na última assembleia visto já ter sido merecido acolhimento em termos de audiência, por parte da direção da ANAFRE. Contudo como a moção colocava uma situação considerada inconstitucional de vinculação da Assembleia da República com o parecer da ANAFRE, não poderia votar favoravelmente, visto se tratar de uma inconstitucionalidade.-----

A Presidente da Mesa da AI comentou ainda que tinham sido enviados alguns documentos para os deputados sobre vários assuntos, apenas a título informativo, nomeadamente uma resposta a uma pergunta do Grupo Parlamentar Os Verdes, uma moção sobre os Centros Novas Oportunidades, uma moção de Vila Nova da Barquinha sobre a questão das portagens e documentos do Município do Entroncamento sobre as portagens e sobre o serviço nacional de saúde.-----

Surgiram pedidos de intervenção. Foi dada a palavra ao deputado Ramiro Silva, da CDU, que iniciou a sua intervenção comentado que era do conhecimento público que tinha sido produzida a reorganização do Centro Hospitalar do Médio Tejo, focando em particular a reorganização das urgências. Disse que tem conhecimento de que as urgências se encontram num caos, tendo conhecimento, de igual modo, que já existe um abaixo-assinado para que as urgências de Abrantes sejam revistas, visto que as pessoas estão todas a ser canalizadas para este hospital. Situações de relatos em Torres Novas e possivelmente em Tomar. Solicitou, face ao referido, que o Presidente do Conselho Executivo da CIMT solicitasse uma reunião ao Conselho de Administração do Centro Hospital do Médio Tejo para que fossem reavaliadas estas reformas, no geral, e em particular o problema das urgências.-----

A Presidente da Mesa da AI acolheu este pedido, esclarecendo que ia fazer chegar este assunto ao Presidente do Conselho Executivo da CIMT.-----

Posteriormente. foi dada a palavra ao deputado Luís Grácio, do BE, que falou sobre dois assuntos: chamou a atenção para que o envio dos documentos para os deputados deveria ser feito com maior antecedência, sugerindo que exista um fim-de-semana entre o envio dos mesmos e as reuniões, para todos poderem analisar os assuntos com maior rigor e atenção; referir também uma questão histórica - que o deputado Carlos Abreu de Amorim tinha trazido na passada reunião um conjunto de informações históricas, algumas até bem engraçadas, mas que tinha falado em algumas questões, nomeadamente referindo que autarca, autarquia, era de origem italiana, mas não, é de origem grega, e que Marcelo Caetano foi Comissário Nacional de Mocidade Portuguesa.-----

A Presidente da Mesa da AI deu alguns esclarecimentos no que diz respeito ao envio dos documentos, referindo que a lei refere o envio em 48 horas e o regimento em 5 dias. Contudo, por vezes, não é fácil conciliar assinaturas pelo executivo, deslocações, pelo que nos deparamos sempre com algumas dificuldades às vezes complicadas de contornar. Penitenciou-se por isso mesmo, referindo que o ideal era o envio dentro do que é referido no regimento que são os cinco dias.----- Notou, ainda, que os documentos tinham sido enviados em dois momentos, para que chegassem o mais rapidamente possível.-----

O deputado João Simões pediu para intervir, enunciando dois problemas. O primeiro que tem a ver com a questão da reorganização das urgências hospitalares. Referiu ser uma matéria de extrema importância, já que as pessoas devem ser aí recebidas e tratadas condignamente. Tem conhecimento da existência de graves constrangimentos na urgência na unidade de Abrantes, por efeito das alterações introduzidas, com problemas na capacidade de resposta e nas dificuldades do pessoal, que se mostra cansado e desorientado. A reorganização no Centro Hospitalar do Médio Tejo tem colocado sérias interrogações, sem que tenha havido explicações convincentes e fundamentadas para as profundas alterações introduzidas. Não se entende e nem se aceita o encerramento da Medicina Interna em Tomar, porque é uma estrutura fundamental num hospital. A saúde é um bem essencial e não é um negócio, exigindo-se que a Comunidade Intermunicipal trate este assunto com a devida atenção.

A outra questão que o deputado referiu tem a ver com a reorganização judicial, designadamente nos tribunais do trabalho. Deu nota que teve conhecimento de um parecer do Conselho Superior de Magistratura sobre a referida reorganização judicial, em que o Ministério da Justiça prevê ficar uma secção do Tribunal do Trabalho em Santarém e uma outra em Tomar. Ora, nesse parecer é pontificado que o Tribunal do Trabalho de Tomar iria ser transferido para o Palácio da Justiça - o que é totalmente falso - assim ficando limitado na capacidade física e humana de resposta, propugnando-se nesse parecer para que então a secção ficasse em Abrantes e não Tomar. Face a esta anómala situação, queria deixar nota ao Conselho Executivo para que a verdade fosse reposta e para que este problema judicial fosse analisado com o cuidado que se exige."-----

Ordem do dia: -----

1. Informação da atividade da CIMT-----

Entrando-se no período da ordem do dia, o deputado José Batista solicitou a palavra e iniciou a sua intervenção felicitando a forma como decorreu a primeira reunião extraordinária desta assembleia sobre a reorganização administrativa.-----

Deu conta que a Assembleia Intermunicipal funciona nos moldes para a qual está convencionada, referindo também que é neste órgão que o Conselho Executivo presta alguns esclarecimentos aos deputados e dá conta do trabalho que está a desenvolver.-----

Registando não estar presente nenhum membro do Conselho Executivo, realçou que o PSD não percebe o porquê desta situação, esclarecendo que não intervêm neste ponto, nem em nenhum outro ponto deste género. Solicitam assim reagendamento dos pontos 1 e 5, para uma próxima reunião com a presença do Conselho Executivo.-----

O deputado Rui Pichiocci também referiu a ausência de presença de elementos do Conselho Executivo, considerando ser uma situação menos agradável.-----

O deputado Hugo Cristóvão considerou lamentável a situação, referindo não ser suposto sequer debater estes assuntos sem a presença do executivo.-----

O deputado João Simões corroborou o que disse o deputado José Batista, alertando que em termos regimentais e documentais, juridicamente o interlocutor não estava presente, pelo que, estes pontos deveriam ser agendados para uma outra reunião, contando com a presença do executivo.-----

O deputado Silvestre Pereira, referindo não querer fazer juízos de valor, pois não sabia o porquê de ninguém estar presente neste fórum, considerou não ser de bom tom esta situação, pelo que corroborava a opinião dos restantes deputados que não se deveria pronunciar sobre os assuntos em cima da mesa.-----

O deputado José Trincão Marques questionou se tinha sido dada alguma justificação para esta situação.-----

O deputado Manuel Duarte Dias considerou a situação lamentável, inadmissível e inaceitável, propondo que os assuntos não fossem discutidos.-----

O deputado Anacleto Batista corroborou na totalidade com todas as intervenções, considerando a situação chocante e em certa parte como falta de respeito para com os deputados desta assembleia.-----

Face às intervenções dos senhores deputados, a Presidente da mesa da AI deu alguns esclarecimentos aos deputados sobre o sucedido. Referiu que tinha havido alguma dificuldade de conciliação da sua agenda com agenda do Presidente do Conselho Executivo, em resultado das funções que desempenha e pelo facto do Dr. António Rodrigues ter compromissos enquanto docente que limitam a sua disponibilidade – só lhe será possível estar presente nas reuniões se estas forem às terças ou às quartas-feiras, o que colide com a sua disponibilidade.

Tendo considerado que, face a este condicionamento, pudesse estar presente outro membro do conselho executivo, em resultado do contato com o Presidente do Conselho Executivo, não estando presente o Conselho Executivo, referiu que, como é sabido, a Secretária Executiva não poderá assumir a representação do órgão.-----

Tendo em conta a presente situação, a Presidente da Mesa da AI informou que ia tentar articular o agendamento de uma nova reunião com o Presidente do Conselho Executivo, ou com a presença de outro membro do Conselho Executivo. Questionou os deputados se a referida reunião poderia ser à noite ou num Sábado, tendo ficado esclarecido que um dia de semana à noite era mais conveniente para todos.-----

O deputado João Moura pediu a palavra para acrescentar que a minuta a ser redigida para o executivo deveria ser feita em jeito de protesto, referindo a forma

desprestigiante como a assembleia foi tratada, quer em termos pessoais quer em termos profissionais.-----

O deputado Silvestre Pereira quis deixar bem claro e separar a responsabilidade da Secretária Executiva, comentando que estes desabafos nada tinham a ver com a Eng.^a Paula.-----

O deputado Trincão Marques pediu à Presidente da Mesa da AI que houvesse uma boa relação com o Conselho Executivo, que se deveria ter muito cuidado com protestos e que se deveria atuar com diplomacia.-----

Antes de terminar a reunião, a Presidente da Mesa da AI esclareceu que tem sempre agido com cuidado e bom senso, pois só assim se consegue obter uma boa articulação. Referiu que não deixará de mostrar o desagrado perante o Presidente do Conselho Executivo.-----

Tendo em conta esta situação, a Assembleia Intermunicipal da CIMT aprovou por unanimidade a retirada de todos os pontos da presente ordem de trabalhos, devendo ser marcada uma nova reunião para análise das matérias em questão.-----

Nada mais havendo a tratar, pelas 19h30 horas, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião.